

ATA DE REUNIÃO

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – AGEVAP - DE 2008.

Data: 24/01/08

Horário: 14 horas

Local: sede da AGEVAP – Resende/RJ

Participantes:

Poder Público - Governo do Estado de Minas Gerais – Renata Maria de Araújo (IGAM), representando Sérgio Leal; **Prefeitura de Barra do Piraí/RJ** - Madalena Sofia Oliveira; **Prefeitura de Muriaé/MG** - Lúcia Helena Baldanza.

Usuários - SAAE - BM/RJ - Renine César de Oliveira; **CEDAE/RJ** - Marcello Barcellos Motta; **FIEMG/MG** – Ana Cristina da Silveira, suplente; **CFLCL/MG** - Manoel Otoni Neiva; **CESAMA/MG** – Paulo Valverde, representando Ricardo S. Pinto Silva.

Organizações civis - ABES/RJ - Mauro Pimentel Furtado; **ONG Nosso Vale! Nossa Vida** - Vera Lúcia Teixeira (Titular) e Ninon Machado (Suplente); **Consórcio do Rio Muriaé/MG** - Antônio José Francisco.

Ausências justificadas:

SEAPA/MG – Joaquim Arildo Borges

PAUTA

1. Leitura e Aprovação da Ata da última reunião.
2. Comunicações da Diretoria da AGEVAP.
3. Balanço da Aplicação dos Recursos da Cobrança (2004 a 2007)
 - 3.1. Aplicação dos Recursos da Cobrança de 2004 a 2007
 - 3.2. Proposta da AGEVAP para aplicação do saldo financeiro dos recursos da cobrança de 2006 e 2007.
4. Proposta de Orçamento para 2008.
5. Proposta do Plano de Ação da AGEVAP
6. Resolução sobre a vigência dos contratos firmados com os recursos da cobrança.
7. Informes e Assuntos Gerais.

ASSUNTOS TRATADOS:

1 - Abertura e informação sobre o quórum

O Presidente do Conselho de Administração da AGEVAP (CA/AGEVAP), sr. Renine César de Oliveira (SAAE-Barra Mansa/RJ), abriu a reunião, saudando os conselheiros, e submeteu ao Conselho a sugestão, da Diretora da AGEVAP, sra. Eliane Pinto Barbosa, de inversão da ordem dos itens da pauta, para agilizar o andamento da reunião. Indagou, em seguida, se havia quórum para a votação do Orçamento, passando a palavra à Diretora.

A Diretora apresentou o parecer elaborado pelo advogado Dr. Rodrigo Mello a respeito do quórum. Conforme esse parecer: *1. forma de composição do Conselho de Administração da AGEVAP é aquela prevista no art. 14 do seu Estatuto, segundo o qual compõe aquele Órgão, como membros (dentre associados da Associação): a) em caráter nato, os representantes dos Poderes Públicos Estaduais; b) em caráter nato, desde que previamente indicados (por qualquer forma de escolha interna deliberada pelos mesmos) pelos seus respectivos pares, (b.1) representantes dos Poderes Públicos Municipais e (b.2) representantes dos segmentos ali referidos, a partir do quanto indicado como parâmetro representativo nas entidades relacionados à gestão de recursos hídricos pela Lei n. 9.433/97 e legislação correlata; e c) em caráter eletivo, desde que assim procedidos por escolha em processo eleitoral específico pela Assembléia Geral ou pelo Conselho de Administração da AGEVAP (conforme o caso), outros representantes dos mesmos ou de outros dos segmentos acima referidos.*

2. Conseqüentemente a tais disposições, apenas se caracterizam como "membros do Conselho de Administração", para todos os fins (quórum, votação, exclusão por ausência reiterada, etc.): a) os Poderes Públicos Estaduais, que se auto-personificam na forma antecedentemente posta da Constituição Federal, de suas Constituições e das Leis; e b) aquelas entidades (pessoas jurídicas, como é próprio à antecedentemente necessária condição de associado da AGEVAP) que personifiquem, em determinado momento, (b.1) o conjunto dos Poderes Públicos Municipais, por Estado, ou (b.2) o respectivo segmento dentre aqueles anteriormente referidos no item 1, subitens b.b.2 e c, supra. Ou seja, para os casos referidos no subitem b deste item 2 não existe qualquer membro - ou seja, entidade que personifique o respectivo setor - efetivamente nato, sendo esta

59 condição própria do segmento representado, não (repete-se, para enfatizar) da entidade que deva, possa ou
60 almeje representá-la.

61 3. O afirmado no item 3 supra não se confunde com a formalização do "representante" do membro do CA da
62 AGEVAP, nos termos do parágrafo 3º do mesmo antes referido art. 14 do Estatuto da AGEVAP: esta é uma
63 pré-condição para que alguém, pessoa física, se faça presente nas reuniões daquele Órgão Colegiado em nome
64 da entidade que personifique o correspondente segmento, mas não é o que determina a condição, ou não, de
65 "membro" do CA da AGEVAP.

66 A Diretora da AGEVAP após a leitura do parecer, destaca que o quorum para aprovação de orçamento é de 2/3
67 e que a conclusão do parecer acima é de que apenas são membros do CA da AGEVAP, a qualquer momento e
68 para qualquer fim, os Poderes Públicos Estaduais e aqueles que tenham demonstrado perante a AGEVAP,
69 previamente, o atendimento aos requisitos de sua escolha, como entidade de personificação do respectivo
70 segmento, à forma de indicação referido no parágrafo 3º do art. 14 do Estatuto da AGEVAP.

71 O representante do Consórcio Rio Muriaé (MG), sr. Antonio José Francisco, pediu maiores esclarecimentos. Ao
72 que a Diretora da AGEVAP informou que o Conselho Administrativo da AGEVAP possui 19 vagas, sendo três
73 destinadas aos governos estaduais e 16 distribuídas de acordo com os segmentos – usuários, sociedade civil e
74 poder público municipal. Quatro das 19 vagas não estão preenchidas, com o que o Conselho é composto hoje
75 por 15 membros. Com a presença de 11 membros, para um total de 15, o quórum estava, portanto, atingido.

76 A conselheira da ONG Nosso Vale!Nossa Vida (NVNV), sra. Ninon Machado, encaminhou a proposta, aceita
77 pelo Conselho, de que o parecer fosse anexado a presente Ata.

78 **2. Reorganização da pauta / Adiamento da aprovação da ata da reunião passada**

79 O conselheiro do grupo Cataguazes-Leopoldina (CFLCL), sr. Manoel Otoni Neiva, apoiou a proposta da
80 diretoria de inversão da pauta. Sugeriu que, tendo em vista a relevância do debate em torno do Orçamento, esse
81 item fosse o primeiro a ser abordado, passando-se depois para o Plano de Ação e, em terceiro lugar, ficasse a
82 Aplicação dos Recursos da Cobrança. A Conselheira da NVNV apoiou a idéia e sugeriu que, além disso, se
83 abrisse mão da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

84 As duas propostas foram aceitas por consenso do CA, tendo sido decidido que os membros enviarão à
85 AGEVAP suas alterações à ata da reunião passada, para posterior consolidação.

86 **3. Orçamento 2008**

87 **3.1 – Apresentação**

88 O Presidente do Conselho convidou a se passar para o tema Orçamento. Apresentando a primeira planilha, que
89 define os "Percentuais Orçamentários por Ação", a Diretora da AGEVAP destacou o ponto principal da
90 proposta orçamentária, que é o aumento do percentual de recursos destinados a ações de Planejamento, que,
91 com isso, ao contrário do que vinha acontecendo nos anos anteriores, passa a ser um percentual maior do que os
92 determinados para as Ações Estruturais.

93 A Diretora justificou que isso se deve à necessidade, identificada pela AGEVAP, de pôr em prática um plano de
94 formulação de projetos e estudos de concepção, tendo em vista que está cada vez mais difícil para o tomador ter
95 projetos prontos que o possibilitem a concorrer a recursos, tais como os do PAC e outros. Disse que o objetivo é
96 organizar um "Banco de Projetos". Informou que a AGEVAP recebeu uma carta dos usuários de Minas Gerais,
97 com o pleito de que fossem levados em consideração, os municípios com menos de 20 mil habitantes, que
98 permanecem à margem dos recursos, por não terem possibilidade de elaborar planos, contratar estudos e montar
99 projetos. A opção, de certo maneira inovadora, disse a Diretora, de destinar 40% do Orçamento de 2008 para
100 Ações de Planejamento e, em decorrência, reduzir o percentual das obras estruturais, constitui a premissa da
101 Proposta de Orçamento, que seria apresentada a seguir

102 Em seguida, o Coordenador de Gestão da AGEVAP, sr. Hendrik Lucchesi Mansur, apresentou ao plenário a
103 Proposta de Orçamento 2008. Na planilha de receitas, mostrou aos conselheiros os novos projetos sob gestão da
104 AGEVAP: o projeto piloto de Revitalização da Bacia do Rio Barra Mansa (ANA/SRHU) e o de Ampliação do
105 Cadastro de Usuários na Porção Mineira das Bacias Hidrográficas Pomba, Muriaé, Preto e Paraibuna
106 (FHIDRO/MG). O Coordenador de Gestão mostrou, ainda, o reflexo, na forma de apresentação do orçamento,
107 da nova concepção de Contas que está sendo adotada pela AGEVAP: Os recursos "comprometidos" (ou sejam,
108 já contratados, mesmo que ainda não tenham sido resgatados pelo tomador) foram nitidamente distinguidos dos
109 "disponíveis" (hierarquizados, porém, por razões diversas, não contratados); as receitas decorrentes dos recursos
110 da cobrança foram separadas das advindas de aplicações financeiras; e todos os valores estão discriminados por
111 conta orçamentária (Implantação/Operação - CEIVAP e AGEVAP (2 contas); Ações Prioritárias ao
112 Cumprimento do Contrato de Gestão, Ações de Gestão, Ações de Planejamento e Ações Estruturais).

113 **3.2. Acumulação de Saldo Financeiro**

114 Entre as receitas, listadas por fonte, a decorrente do Saldo Financeiro de 2007 foi alvo de questionamentos e
115 debates. O representante do grupo Cataguazes-Leopoldina, sr. Manoel Neiva, indagou se o estatuto da
116 AGEVAP permite a acumulação de recursos e sua utilização em exercícios posteriores e o representante do
117 Consórcio Rio Muriaé, sr. Antônio José Francisco, afirmou que, em todo contrato público, a verba não utilizada
118 cai em exercício findo.

119 A Diretora da AGEVAP esclareceu que, sendo uma associação civil, com personalidade jurídica de direito
120 privado, registrada em cartório, a AGEVAP não está submetida àquelas normas. Acrescentou que a utilização
121 dos saldos financeiros de orçamentos passados tem sido debatida em diversos fóruns e sua adequação legal já se
122 tornou patente, inclusive com o aval do Tribunal de Contas da União (TCU). Citou como exemplo prático o fato
123 de a Agência Nacional de Águas (ANA) ter sido instada a retirar, de um contrato, o termo “anualmente”, que
124 feria o princípio da cumulação de recursos. Apoiando a posição, a conselheira da ONG NVNV, sra. Ninon
125 Machado, disse que a cobrança pelo uso da água não é recurso público, mas, sim, receita, e que é importante os
126 membros do Conselho terem essa visão em comum.

127 **3.3 – Banco de Projetos**

128 O Conselheiro do CFLCL/MG pediu a palavra para registrar seu elogio à proposta da AGEVAP de direcionar o
129 orçamento para os projetos em municípios de pequeno porte. Lembrou que, sendo os recursos da cobrança do
130 uso da água insuficientes para financiar a necessidade de obras dos 180 municípios da Bacia, é fundamental dar
131 à totalidade deles condições de que acessem outros recursos. A conselheira da NVNV (Ninon Machado) disse
132 que a idéia do banco de projetos voltado aos municípios carentes de capacitação, além de atender precipuamente
133 aos objetivos essenciais do CEIVAP e da AGEVAP, de gerenciamento dos recursos hídricos da bacia do
134 Paraíba do Sul, se enquadra nas diretrizes da política nacional de saneamento.

135 A Diretora da AGEVAP pontuou que o pleito de apoio ao Banco de Projetos deve ser levado ao CEIVAP.

136 O Coordenador de Gestão propôs que a AGEVAP leve ao CEIVAP a proposta de orçamentos quadriennais, já
137 que os grande projetos, principalmente de ações estruturais, duram entre três e quatro anos.

138 **3.4 Repasse CEIVAP/PRODES 2007** - Em prosseguimento à apresentação da proposta orçamentária, o
139 Coordenador de Gestão mostrou o Saldo Financeiro de 2007, composto pelos repasses efetuados pela ANA e
140 não utilizados, mais os rendimentos resultantes de aplicação financeira, que serão direcionados para as
141 respectivas contas financeiras (ações de implantação e operação; ações prioritárias ao contrato de gestão; ações
142 de gestão; de planejamento; e estruturais). O Conselheiro do CFLCL/MG indagou se o saldo resultante das
143 aplicações financeiras se integra ao montante do repasse e a Diretora informou que o novo Plano de Contas, em
144 desenvolvimento (conforme a explanação anterior do Coordenador de Gestão), separa os dois tipos de recursos.

145 Dentro desse tema, o Coordenador de Gestão levou à apreciação o Conselho Administrativo um ponto de
146 pendência do Orçamento 2007/2008. Tratam-se de R\$ 1,7 milhões de recursos da cobrança, que restaram de R\$
147 4 milhões que foram hierarquizados para quatro projetos, sob a forma de contrapartida do CEIVAP ao PRODES
148 (Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas da Agência Nacional de Águas - ANA). No entanto, o
149 PRODES contemplou um único projeto e os recursos remanescentes continuam imobilizados, enquanto a ANA
150 aguarda liberação de verba complementar. Diante desse quadro, e já que o contrato com o PRODES prevê o
151 retorno dos recursos ao CEIVAP, para serem hierarquizados em 2008, caso não sejam utilizados, a Diretora da
152 AGEVAP propôs que se indague ao CEIVAP sobre a destinação dessa verba.

153 O representante da CESAMA/MG, Paulo Valverde, argumentou que, antes de propor essa questão ao CEIVAP,
154 se colham junto à ANA, para levar ao CEIVAP, informações sobre o andamento da questão, pois teve
155 informações de que a ANA estaria prestes a obter as verbas complementares. A proposta foi aprovada por
156 consenso.

157 **3.5 – Serviços do agente financeiro**

158 As informações e debates sobre recursos comprometidos e não efetivamente tomados conduziram à questão,
159 levantada por diversos conselheiros, das dificuldades dos tomadores em receberem seus financiamentos, devido,
160 segundo esses conselheiros que manifestaram seu desagrado, às exigências burocráticas e técnicas do agente
161 financeiro, a Caixa Econômica Federal (CEF).

162 A Diretora da AGEVAP disse que vem estudando uma forma de administrar a AGEVAP por projetos, o que
163 permitirá a contratação de profissionais para acompanhamento técnico dos projetos, já que a taxa de
164 remuneração ao agente técnico e financeiro foi fixada pelo CEIVAP em até 3% do recurso da cobrança. O
165 problema ainda se apresenta primeiro na vulnerabilidade de se trabalhar com um agente que não seja um banco
166 oficial federal, cujas ações são igualmente auditadas pelo governo federal, como acontece com a CEF e o Banco
167 do Brasil, e segundo porque no contrato atual com a Caixa, a taxa é de 2,2% sobre os recursos da cobrança e
168 para a CEF atuar como agente técnico e financeiro. No entanto, como a Caixa manifestou intenção de elevar o
169 preço de seus serviços e a AGEVAP já está em negociações com a CEF, a questão não pode ser definida de
170 imediato. A Diretora lembrou que as taxas da CAIXA são as mais baratas do mercado, pois as outras
171 instituições cobram de 3% a 3,5% do valor total do Contrato e não somente sobre o valor referente ao recurso da
172 cobrança.

173 O Conselheiro do Consórcio Rio Muriaé reiterou as críticas aos procedimentos da CEF.

174 **3.6 – Debates do Orçamento**

175 O presidente do Conselho convidou os membros a examinarem a proposta orçamentária apresentada e se
176 manifestarem a respeito, para votação.

177 O representante da ABES/RJ, Mauro Pimentel Furtado, declarou não concordar com a inversão dos percentuais
178 de recursos e disse acreditar que o CEIVAP poderia não aceitar essa alteração na distribuição de recursos.



179 Afirmando que se precisa de muito mais dinheiro para obras do que para projetos, o conselheiro apresentou a
180 sugestão de se voltar a inverter a prioridade, destinando-se 40% para as Ações Estruturais os 34% para o
181 Planejamento.

182
183 A Diretora da AGEVAP disse que a redistribuição de recursos atende à urgência de atendimento aos municípios
184 que não conseguem acessar os recursos por total falta de projetos, e portanto, não têm condições de receber
185 obras de estrutura. Esse universo abrange 124 municípios - aqueles com menos de 20 mil habitantes - dos 180
186 da Bacia, o que torna fundamental a atenção a essa carência. A Diretora sublinhou que a ênfase no
187 Planejamento, de forma a possibilitar que a Bacia como um todo possa receber as ações estruturais, é a postura
188 da AGEVAP para este ano e afirmou que se trata justamente de defender a proposta apresentada por entender
189 que a situação assim exige. O conselheiro do grupo Cataguazes-Leopoldina dirigiu-se ao representante da
190 ABES/RJ, para defender a proposta da AGEVAP. Pede que seja feita menção, na Ata, à carta da associação de
191 municípios mineiros endereçada à AGEVAP, expondo a carência de projetos dos pequenos municípios e sua
192 decorrente impossibilidade de acessar os recursos. O Conselheiro sublinhou que os municípios sem condições
193 de realizar projetos técnicos correspondem a 80% da área geográfica da Bacia, que, portanto, permanecem sem
194 acesso às obras estruturais. A conselheira da NVNV, Ninon Machado, defendeu igualmente a proposta da
195 Diretoria, ressaltando que a base do Orçamento 2008 é justamente esse novo modelo de distribuição de recursos.
196 O qual - disse - a realidade vem provando ser indispensável para que o CEIVAP e a AGEVAP atinjam seus
197 objetivos, diante da constatação de que os recursos acabam indo para os municípios maiores e mais ricos. O
198 conselheiro do grupo Cataguazes-Leopoldina disse ser necessário que os representantes da associação dos
199 referidos municípios com assento no CEIVAP compareçam à plenária do CEIVAP para fortalecer a posição da
200 AGEVAP e que a carta com seu pleito deve ser levada à reunião.

201 Foi questionado, ainda, como seria feito o acompanhamento técnico dos projetos e estudos, já que a Caixa
202 Econômica faz unicamente o acompanhamento de projetos estruturais. A Diretora da AGEVAP respondeu que o
203 acompanhamento da CEF é tanto para Estruturais como para as Ações de Planejamento (projetos básico e
204 executivo, e estudos de concepção), mas que a Associação está se preparando para isso, propondo uma estrutura
205 organizada por projetos, com contratações temporárias de equipes técnicas para o acompanhamento de
206 contratos, convênios, mesmo que apoiadas por agente técnico e financeiro externo ao Sistema. A AGEVAP
207 aguarda a Oficina que discutirá o Planejamento Estratégico da Agência.

208 3.7 Aprovação do Orçamento -

209 O Presidente do Conselho procedeu à votação do Orçamento, que foi aprovado. A conselheira da NVNV, Ninon
210 Machado, solicitou que o Conselho de Administração, tendo aprovado a proposição da diretoria da AGEVAP,
211 se una em torno da dela para defendê-la no CEIVAP.

212 4. Prorrogação da vigência dos contratos

213 Na introdução do assunto, a Diretora da AGEVAP indagou se todos os conselheiros haviam recebido o volume
214 intitulado "Notas Técnicas - Situação dos Contratos e Convênios com os Recursos da Cobrança da Bacia do Rio
215 Paraíba do Sul - 2004 a 2007". Acrescentou que a referida Nota - também publicada no folder (que os
216 conselheiros tinham em mãos) "Aplicação dos Recursos da Cobrança - 2004 a 2007" - faz um resumo de todos
217 os contratos do período, especificando os acordos feitos entre o CEIVAP, a Caixa e o Tomador, o período de
218 vigência, a contrapartida recebida e a situação atual do projeto, entre outros dados. Informou que o folder foi
219 enviado a todos os usuários e que uma versão atualizada em janeiro de 2008 já está no site do CEIVAP, visto
220 que o folder foi elaborado em torno de outubro e as informações de dezembro já foram computadas.

221 A Diretora informou que o presidente do CEIVAP solicitou à AGEVAP providências quanto aos contratos
222 firmados e não praticados, sendo a Nota Técnica a primeira medida nesse sentido. Em seguida, a Diretora
223 passou a palavra ao Coordenador Técnico da AGEVAP, sr. Flávio Simões.

224 O Coordenador Técnico submeteu à apreciação do Conselho de minuta da Resolução CA-AGEVAP 10/2008, a
225 ser encaminhada ao CEIVAP, prorrogando a vigência de contratos prestes a vencer e que se encontram
226 paralisados ou sem condições de cumprir o prazo de execução. Explicou que, para que os Tomadores tenham
227 tempo de fazer o que a Caixa Econômica lhes solicita, é preciso, em caráter de urgência, prorrogar a vigência
228 dos contratos, pois alguns vencem em poucas semanas.

229 O representante do grupo Cataguazes-Leopoldina, sr. Manoel Neiva, disse concordar com a prorrogação, mas
230 observou que o texto da minuta dá impressão de que o único retardatário é o Tomador, quando, disse, a grande
231 causadora dos problemas é a Caixa, que faz exigências absurdas, inclusive na parte de engenharia.

232 A Diretora da AGEVAP argumentou que muitos Tomadores de recursos não cumprem os prazos de entrega de
233 documentação requeridos pela Caixa para o repasse dos recursos, permanecendo com o projeto de execução
234 paralisado por dois, três anos, e só pedem prorrogação na última hora. Lembrou que a AGEVAP sempre
235 concedeu prorrogação e negociou com a Caixa para facilitar esse procedimento. Porém - disse - o capital
236 financeiro investido fica imobilizado, sem utilização, com prejuízos financeiros e de gestão para a AGEVAP; e
237 o pretendente que está hierarquizado abaixo fica prejudicado, pois sua vez não chega, e não tem o direito de
238 receber seu recurso, que está com o outro que não faz a obra.

239 E concluiu que, por isso, a AGEVAP está propondo que se estabeleça o período máximo de 50% do prazo total
240 para o prazo de prorrogação de contratos. (Ex.: contrato de 4 anos, prorrogação máxima de 2 anos). A Diretora
241 ressaltou que sempre existirá o exame caso a caso, para que não haja injustiças, como, por exemplo, a de um
242 Tomador ser penalizado quando o problema foi causado por morosidade da Caixa Econômica.

243 O representante do grupo Cataguazes-Leopoldina propôs que a Resolução em pauta estabeleça também
244 penalidades para a Caixa. E reiterou que a Resolução, como está, toma posição unilateral, afetando
245 negativamente o Tomador. A Diretora afirmou que, pelo contrário, a Resolução protege o Tomador, garantindo
246 a vigência de seu contrato.

247 O Presidente do Conselho concordou em que as críticas do Sr. Neiva e propôs que, em vez da Resolução, se
248 encaminhe ao CEIVAP a recomendação de uma câmara técnica em torno do assunto.

249 A representante da prefeitura de Muriaé/MG, Lúcia Helena Baldanza, concordou em que o assunto requer
250 estudo, mormente quanto ao gargalo nos procedimentos da Caixa. Dirigindo-se ao Coordenador Técnico da
251 AGEVAP, que afirmara anteriormente não ter conhecimento de queixas de Tomadores contra a Caixa, afirmou
252 que, pelo contrário, presenciou, em reunião recente, todas as prefeituras presentes manifestarem insatisfação.

253 **ENCAMINHAMENTOS:**

254 1) Tendo em vista que o inúmeros contratos expiram em 29 de fevereiro, o Presidente do Conselho e a Diretora
255 do AGEVAP sugeriram que seja levada ao CEIVAP a indicação de, em caráter de emergência, todos os
256 contratos com vencimento até julho sejam prorrogados em até 50% do respectivo prazo. E que aqueles com
257 vencimento posterior obedeçam, em caso de pedido de prorrogação, aos novos critérios e prazos de prorrogação.
258 Sendo que, no prazo máximo de 120 dias, deverão estar prontos os critérios e prazos para a prorrogação.

259 2) A conselheira da NVNV, sra. Ninon, propôs ao Conselho acatar a sugestão, autorizando a AGEVAP a
260 prorrogar os contratos prestes a vencer, conforme minuta de Resolução apresentada; e, em seguida, solicitar ao
261 CEIVAP o estudo técnico para fundamentar o estabelecimento dos critérios para a prorrogação do prazo
262 sugerido pela AGEVAP.

263 **Esta 2ª proposta foi aprovada pelo Conselho.**

264 3) O representante do grupo Cataguazes-Leopoldina solicitou que a AGEVAP apresente, na próxima reunião do
265 Conselho, uma "radiografia completa" da situação dos contratos, especificando quais já tiveram prorrogação e
266 em que etapa de desenvolvimento se encontra.

267 4) O Coordenador Técnico da AGEVAP disse que a solicitação seria atendida. E frisou que a concessão da
268 prorrogação precisa sair até o dia 15 de fevereiro, para que os Tomadores sejam avisados e tomem as
269 providências necessárias antes da data da expiração dos contratos, que é no dia 29 de fevereiro deste ano.

270 **5. Plano de Ação AGEVAP 2008**

271 **5.1 – Oficinas de Planejamento Estratégico**

272 Ao ser anunciada a apresentação do Plano de Ação AGEVAP 2008, a conselheira da ONG Nosso Vale! Nossa
273 Vida, Vera Lúcia Teixeira, propôs que a apresentação do Plano de Ação fosse adiada, opinando não caber a
274 discussão do Plano de Ação antes da realização da oficina em torno da relação CEIVAP-AGEVAP.
275 Acrescentou que, ademais, não seria interessante discutir o Plano de Ação na ausência do representante do
276 governo de São Paulo. O conselheiro da CFLCL, sr. Neiva, contestou a conselheira, afirmando que a AGEVAP
277 tem personalidade jurídica própria e, portanto, tem que ter a estrutura que a sua Assembléia determinar. Disse,
278 ainda, que o Plano de Ação nada tem a ver a com a estruturação da AGEVAP, tratando-se de instrumento
279 indispensável para dar condições à Associação de aumentar a competência de seu trabalho.

280 O Presidente do Conselho leu e-mail recebido do Presidente do CEIVAP, sr. Paulo Teodoro, solicitando que
281 fosse levada ao Conselho e posteriormente à Assembléia Geral da AGEVAP a convocação para as oficinas de
282 avaliação e planejamento estratégico, que darão andamento ao processo de reestruturação da AGEVAP. E fez a
283 proposta de que o Conselho marcasse a data das oficinas e levasse essa informação à Assembléia a ser realizada
284 no próximo dia 12, onde seriam escolhidos os participantes das oficinas.

285 O conselheiro da CFLCL argumentou que, antes de fazer a oficina, a AGEVAP precisa receber do CEIVAP
286 uma proposta sobre a qual trabalhar. Opinou que o AGEVAP deveria responder a carta do Presidente do
287 CEIVAP sobre o assunto solicitando que o CEIVAP defina a estrutura que quer para a AGEVAP. Acrescentou
288 que, do mesmo modo, durante a oficina, a AGEVAP deverá sentir-se livre para aceitar, ou não, a sugestão de
289 estrutura proposta pelo consultor. A Diretora da AGEVAP garantiu que a AGEVAP se dispõe a avaliar sua
290 estrutura atual, as propostas indicadas nos estudos do planejamento estratégico e a analisar as alterações
291 propostas e impactos advindos, tanto financeiramente quanto operacionalmente.

292 A Diretora dirigiu-se, em seguida, à conselheira autora de proposta de adiamento do Plano de Ação, explicando
293 que ele independe de qualquer decisão estrutural da Agência. Afirmou que a AGEVAP tem que ser vista como
294 uma empresa, com responsabilidades fiscais, legais e patrimoniais. Lembrou que, enquanto uma modificação na
295 estrutura do CEIVAP depende apenas de um pacto, acordo ou negociação política, na AGEVAP mudança
296 alguma poderá ser feita de hora para outra, porquanto o Contrato de Gestão e mesmo a delegação do CNRH têm
297 como base o Estatuto da Associação com sua composição e responsabilidades. Qualquer alteração necessitaria

298 passar por várias instâncias, conforme demonstrado no Relatório 3b. do Planejamento Estratégico que faz uma
299 estimativa de 9 (nove) meses. A Diretora concluiu ser impossível esperar tanto tempo para propor o Plano de
300 Ação, que é a base de qualquer orçamento. afirmou que o orçamento anual não deveria ser proposto sem ser
301 calcado sobre objetivos claros de ação e viabilidade de desenvolvimento. A estratégia adotada para a elaboração
302 do PLANO DE AÇÃO DA AGEVAP 2008 foi o reconhecimento das funções determinadas pela Lei 9433 -
303 Secretaria Executiva do CEIVAP e Agência de Águas, entidade delegatária reconhecida pelo CNRH até 2016,
304 com o cumprimento das obrigações e metas estabelecidas no Contrato de Gestão 014/04 com a ANA, visando o
305 estabelecimento de um novo modelo de gestão orientado para resultados, que garantam os princípios da Lei
306 9.433 e as diretrizes do CEIVAP, mas que permitam à AGEVAP operar com maior eficiência e qualidade. O
307 Plano de Ação, entendido como um instrumento de planejamento, se propõe a reunir programas e ações
308 indicados no Plano de Bacia, com horizonte de execução a curto prazo (de 2008 a 2010). De outra forma,
309 prosseguiu, as atividades seriam executadas de modo aleatório, sem que saibamos aonde e de que forma
310 alcançaremos nossas metas e objetivos.

311 A representante da ONG NVNV, Vera Lúcia Teixeira, parabenizou a Diretora e disse concordar com ela, com o
312 conselheiro Neiva e demais conselheiros que tomaram posição favorável à apresentação do Plano de Ação.
313 Considerou, entretanto, importante lembrar que foi pactuado, na oficina da qual o Conselho participou, a
314 realização desta nova oficina e que é urgente dar o ponto de partida para que ela se realize.

315 Todos os conselheiros concordaram quanto à necessidade de marcar a data da oficina para levar à Assembléia
316 Geral.

317 A conselheira da NVNV, Ninon Machado, sugeriu o registro de que, na opinião unânime do Conselho, a
318 presente reunião ocorreu dentro dos cânones legais e regimentais. Sugeriu que se registre, também, moção
319 lamentando que o Estado de São Paulo ainda não tenha chegado a um consenso interno e expressando a
320 esperança de ver, em breve, o Estado de São Paulo dentro do contexto da AGEVAP e do CEIVAP. Solicitou,
321 ainda, que a Diretoria e o Conselho da AGEVAP possam promover essa consertação, “no sentido de
322 salvaguardar qualquer interesse que o Estado de São Paulo tenha em relação ao alocamento e a qualquer ato que
323 praticamos aqui”. Frisou ser importante a manifestação da preocupação do Conselho quanto ao Estado de São
324 Paulo.

325 O representante da CESAMA/MG, Paulo Valverde, sugeriu que as diversas propostas com relação à realização
326 da oficina podem ser casadas numa só, combinando-se a data e as diretrizes para a realização da oficina.

327 O representante do CFLCL, sr. Neiva, propôs ao C.A., considerando que a fala da Diretora foi uma defesa do
328 Plano de Ação, que seja aprovada a proposta do Plano de Ação 2008.

329 No que se refere ao processo de reestruturação institucional, o mesmo conselheiro manifestou preocupação
330 quanto a organização de um conselho de administração composto por membros estranhos ao CEIVAP à
331 assembléia da AGEVAP, conforme foi sugerido pelos consultores do Planejamento Estratégico. Isso, afirmou,
332 poderia criar oportunidades de conflito. Propôs que a AGEVAP, por recomendação do Conselho, responda à
333 carta do Presidente do CEIVAP estabelecendo que a Assembléia Geral deva orientar os membros que vão
334 participar da oficina no sentido de que assumam posições fiéis às diretrizes do CEIVAP.

335 **5.2 – Apresentação e Debate do Plano de Ação**

336 O Plano de Ação foi apresentado e o Presidente do Conselho observou que ele carecia de cronograma. A
337 Diretora da AGEVAP respondeu que o Plano de Ação foi organizado para o ano de 2008, sendo a maioria das
338 ações permanentes. Seus programas foram concebidos para se desenvolverem a curto prazo (fixado em dois
339 anos – porque o Plano de Bacia aponta investimentos até 2010), sendo que o ideal é que venha a se tornar um
340 plano quadrienal, coincidente com o período de mandato dos associados.

341 A Diretora acrescentou ser possível acrescentar ao Plano de Ação os prazos e custos previstos para os
342 programas, preenchendo a necessidade apontada pelo Presidente.

343 Em seguida, os membros do Conselho, em conjunto com a Diretora, analisaram o Plano de Ação, destinado ao
344 estabelecimento de um novo modelo de gestão, orientado para resultados, e que reúne os programas e ações
345 indicados no Plano de Bacia com horizonte de execução entre 2008 e 2010. Conforme a metodologia dos
346 Fatores Críticos para o Sucesso (FCS's), o Plano elenca as ações a tomar para o cumprimento de cada FCS.
347 Relaciona, ainda, aplicação de cada FCS's e ações correspondentes a cada um dos Programas Prioritários ao
348 Cumprimento do Contrato de Gestão (PROGs).

349 **5.3 – Aprovação do Plano de Ação**

350 A seguir, o Presidente procedeu à votação do Plano de Ação, que foi aprovado pelos conselheiros.

351 **5.4 – Data das oficinas**

352 Quanto às oficinas, foi disposto que na Assembléia Geral da AGEVAP, em 12 de fevereiro, seriam escolhidos
353 os participantes e marcadas as datas.

354 **6. Proposta AGEVAP de Aplicação do Saldo Financeiro do Recurso da Cobrança 2007.**

355 Depois de lembrar que o saldo financeiro do exercício do exercício passado (de R\$19.195.247,72, como havia
356 sido visto anteriormente na Proposta Orçamentária) é constituído pela soma dos recursos comprometidos
357 (contratados) e os disponíveis (que compreende os recursos repassados não utilizados mais os rendimentos

358 resultantes de aplicação financeira), a Diretora mostrou que, ainda conforme os dados do Orçamento 2008, os
359 recursos disponíveis são da ordem de R\$1.953.709,78 – distribuídos pelas respectivas contas: Ações de Gestão,
360 de Planejamento e Estruturais.

361 A seguir, a Diretora expôs ao Conselho a proposta da AGEVAP para a hierarquização do referido saldo:
362 Ações de Gestão – Saldo financeiro de 2007, de R\$ 869.512,11, a ser hierarquizado em três ações: a) Evento
363 de Comunicação/ Divulgação/ Mobilização na Bacia do Rio Paraíba do Sul, que foi hierarquizado em 2006 e
364 não realizado. A Diretora justificou a proposta mostrando a necessidade de realização de eventos que divulguem
365 as ações do CEIVAP e informações sobre a bacia e suas regiões, com ações de mobilização e de integração dos
366 diferentes atores. A AGEVAP propõe destinar a este evento R\$ 300 mil, que viriam se somar aos R\$ 50 mil que
367 lhe foram destinados no passado, quando ele não ocorreu por falta de fornecedores interessados em trabalhar
368 com a citada quantia; b) Construção do Portal do Sistema CEIVAP/AGEVAP - Segundo a diretora, a
369 construção do portal tornou-se ferramenta indispensável à agilidade do Sistema CEIVAP/AGEVAP, já que o
370 fluxo atual de dados está se tornando pesado para ser suportado pelo site. Afirmou que o portal proporcionará
371 maior confiabilidade e rapidez de acesso a informações e conhecimentos, e recursos como reuniões à distância e
372 fóruns de debates, entre outros. A proposta hierarquiza para essa ação R\$ 250 mil, que cobrirão apenas a fase
373 inicial do projeto (o arcabouço do Portal), pois a construção da base cartográfica da Bacia, antiga necessidade do
374 CEIVAP/AGEVAP. E assinalou que precisa ficar claro que tudo isso será feito com o saldo disponível, sem
375 comprometer o orçamento de 2008.

376 Ações de Planejamento - A Diretora propôs que os (cerca de) R\$ 799 mil reais disponíveis do saldo da conta do
377 Planejamento de 2007 e, portanto, não comprometendo os recursos orçamentários de 2008, fossem inteiramente
378 empregados em “Projetos para municípios com menos de 20 mil habitantes”. Observou que, como a legislação
379 federal não permite repasses a entes públicos (as Prefeituras) inferiores a R\$ 100 mil, serão contemplados
380 apenas 8 municípios dos 124 apontados no pleito (anteriormente mencionado).

381 A Diretora destacou, sem seguida, outra urgência da área de Planejamento: a elaboração de seis estudos
382 complementares à nova metodologia de cobrança (em vigor desde janeiro de 2007). Lembrando que,
383 determinados por Deliberação do CEIVAP de 2006, esses estudos, orçados em R\$ 700 mil, precisam ser
384 priorizados com os recursos de 2008 destinados às ações de planejamento. A Diretora comentou que poderia
385 destinar a eles o saldo disponível de 2007, porém considerou mais justo atender aos pequenos municípios e
386 solicitar ao Comitê, que determinou a realização desses estudos, os recursos orçamentários para sua contratação.
387 Finda a explanação da Diretoria, tiveram início as indagações e manifestação de opiniões e questionamentos dos
388 conselheiros sobre o assunto.

389 O Conselheiro da ABES/RJ, Mauro Pimentel Furtado, observou que a proposta ao CEIVAP de destinar 700 mil
390 reais do orçamento de 2008 aos estudos “fica difícil de defender, já que existe a sobra do orçamento de R\$ 799
391 mil de 2007”.

392 O representante do Consórcio do Rio Muriaé, Antonio José Francisco, expressou sua discordância quanto ao
393 fato de, além de já ter sido endereçado ao Planejamento o percentual de 40% no Orçamento 2008, ficando as
394 ações estruturais com apenas 34%, mais valores estarem sendo endereçadas ao Planejamento, como R\$300 mil
395 para o evento e os R\$799 mil para o banco de projetos. Disse temer que, nesse andar, as ações estruturais
396 acabem ficando sem dotação. E se posicionou contra a aprovação da Proposta de Aplicação do Saldo
397 Disponível, especialmente quantos aos itens “Evento” e “Banco de Projetos”, dizendo que, em sua opinião,
398 todo o saldo deveria ser destinado a ações estruturais.

399 O Presidente do Conselho observou: “Nós falamos muito de estação de tratamento, de esgotos, de projetos de
400 engenharia. Mas não falamos de preservação. Não estamos cuidando das nascentes, dos mananciais. Não
401 estamos preocupados com isso. E, se só fazemos tratamento de esgoto, corremos o risco de, amanhã, termos de
402 beber esgoto.”

403 O representante do CFLCL, sr. Neiva, disse concordar com a hierarquização dos recursos para o Portal CEIVAP
404 e para o Banco de Dados, mas ser contrário ao investimento no evento, inclusive por achar o aporte financeiro
405 excessivo. A Diretora da AGEVAP respondeu que a realização do evento, além de atender ao Plano Nacional de
406 Recursos Hídricos, consta da pauta dentre as três prioridades que lhe foram repassadas pelo Presidente do
407 CEIVAP, em reunião entre as diretorias da ANA e do CEIVAP. Quanto ao valor, explicou que, na tentativa de
408 usar os R\$ 50 mil anteriormente destinados ao evento em 2006, tentou a parceria com empresas privadas para a
409 realização, mas que, diante do baixo valor com que a AGEVAP contava para a ação, nenhuma das empresas
410 contatadas quis assumir o risco. Daí ter sido proposto a alocação de um recurso maior, suficiente para garantir a
411 execução da ação.

412 O conselheiro do CFLCL disse, apesar das justificativas da Diretora, mantém sua preocupação quanto à eficácia
413 de grandes eventos, principalmente quando promovidos em lugares turísticos. O mesmo conselheiro acrescentou

418 que, entretanto, o ponto de discussão mais relevante, em sua opinião, estaria na área das ações de planejamento.
419 Diante da oposição de alguns conselheiros ao Banco de Projetos beneficiando os pequenos municípios, o
420 conselheiro, defendendo a proposta da AGEVAP, ressaltou que a destinação do saldo disponível a esse
421 conjunto de projetos atende a uma reivindicação de uma associação de municípios do interior. Sublinhou que
422 esses municípios não conseguem receber ações estruturais porque não conseguem fazer projetos e não
423 conseguem fazer projetos porque não têm recursos. Acrescentou, ainda, que a ação proposta pela AGEVAP terá
424 enorme impacto positivo em toda a bacia, já que atenderá a um conjunto de localidades onde, hoje, menos de
425 5% dos esgotos são tratados.

426 **Reformulação da Proposta**

427 Na conclusão da discussão do assunto, coordenada pelo Presidente da AGEVAP, ficou decidido que diante da
428 posição contrária de vários membros à realização, dentre as ações de gestão, do item "Evento", esta ação seria
429 retirada da Proposta de Aplicação do Saldo Financeiro 2007 e levada, para debate e apreciação, à Assembléia
430 Plenária da AGEVAP.

431 Decidiu-se, ainda, que a diretoria da AGEVAP procederá à reformulação da Proposta em pauta e a nova versão
432 seria enviada por e-mail aos conselheiros, para apreciação e votação.

433 **7. Assuntos Gerais**

434 A Diretoria da AGEVAP corrigiu informação equivocada recebida pela representante da prefeitura de Barra do
435 Pirai, Madalena Sofia Oliveira, pela qual ela estaria suspensa do Conselho devido ao seu município estar
436 inadimplente junto à ANA. A Diretora da AGEVAP enfatizou que o Estatuto em nenhum momento explicita
437 isso e que a ANA jamais enviou orientação nesse sentido. Lembrou que, num período em que a CEDAE estava
438 inadimplente, seu representante foi eleito presidente do Conselho. A Diretora e o Presidente do Conselho
439 desculpam-se à conselheira pelo mal-entendido.

440 **Plano de Aplicação de Recursos da Cobrança** - A Diretora da AGEVAP comunicou ao Conselho a sugestão
441 da ANA de que as entidades delegatárias proponham deliberações, a serem discutidas no âmbito dos comitês,
442 sobre um Plano de Aplicação de Recursos, que proveria uma matriz completa de critérios para todas as fases do
443 processo e normatizaria todo o processo de aplicação dos recursos da cobrança, conforme as deliberações, o
444 referido Plano substituiria, ou nortearia, os atuais Manuais de Investimentos, anuais e de caráter específico. A
445 Diretora da AGEVAP informou que já preparou uma minuta preliminar do Plano e solicita ao CA que leve ao
446 CEIVAP a proposta formando um grupo de trabalho específico, para que sejam discutidos os critérios e
447 posteriormente o Plano retorne à AGEVAP para complemento e aperfeiçoamento. Alguns membros levantam a
448 questão da necessidade de se instalar Câmara Técnica e opinaram que o assunto deveria ser discutido pela
449 AGEVAP antes de ser levado ao CEIVAP.

450 Ficou decidido que o CA vai levar à Assembléia Plenária a necessidade de instalação de um grupo de trabalho
451 sobre o assunto.

452 **Equiparação da AGEVAP a Agência de Bacia** - A Diretora da AGEVAP informou sobre a Deliberação do
453 Conselho Estadual de Recursos Hídricos/MG, de 22 de novembro de 2007, que equipara a AGEVAP à Agência
454 de Bacia Hidrográfica dos CBH's Pomba/Muriae e Paraibuna/Preto. A medida atende ao projeto da AGEVAP
455 de "Ampliação do Cadastro de Usuários" na porção mineira das bacias mencionadas, aprovado, também em
456 novembro (12), pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais e o CERH
457 mineiro.

458 **Recursos da Transposição** - Ficou combinado que o CA levará ao CEIVAP a solicitação do repasse dos 15%
459 dos recursos oriundos da transposição do Rio Paraíba que cabem à Bacia do Paraíba do Sul e que se encontram
460 no FEHIDRO/RJ sem definição do instrumento legal para repasse desses recursos.

461 **8. Encerramento**

462 Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho de Administração da AGEVAP, sr. Renine César de
463 Oliveira, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, cuja ata foi lavrada por mim, Regina
464 Lígia Vieira Guerra, que a secretariei e, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente do Conselho de
465 Administração.

466 **Ata aprovada na 2ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da AGEVAP, realizada em**
467 **Resende, no dia 14 de março de 2008.**

Resende, 24 de janeiro de 2008

468
469
470
471
472
473
474


Renine César de Oliveira
Presidente do Conselho de Administração da AGEVAP